

**HABEAS CORPUS Nº 525.639 - SP (2019/0231896-0)**

**RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO**  
**IMPETRANTE : RICARDO RODRIGUES MARTINS**  
**ADVOGADO : RICARDO RODRIGUES MARTINS - SP243063**  
**IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**PACIENTE : HENRIQUE ARAUJO PEREIRA (PRESO)**  
**INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido liminar, impetrado em favor de HENRIQUE ARAUJO PEREIRA, em face de acórdão do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE SÃO PAULO.

Consta dos autos que o paciente foi condenado, como incurso no art. 157, § 2º, II, do CP, à pena de 5 anos e 4 meses de reclusão, em regime inicial fechado, e ao pagamento de 13 dias-multa; e, como incurso no art. 329, § 2º, do CP, à pena de 2 meses de detenção, em regime aberto; e, como incurso no art. 129, *caput* e § 12, por duas vezes, na forma do art. 70, todos do CP, à pena de 4 meses e 20 dias de detenção, em regime aberto.

Interposto recurso de apelação pela defesa, o Tribunal de origem negou-lhe provimento.

Daí o presente *writ*, em que o impetrante sustenta, em síntese, a ausência de fundamentação idônea para fixar o regime inicial fechado para o cumprimento da pena relativamente ao delito de roubo majorado.

Requer, liminarmente e no mérito, a concessão da ordem para que o paciente inicie o cumprimento da pena em regime semiaberto.

Deferida a liminar e prestadas as informações, o Ministério Público Federal manifestou-se pela prejudicialidade do *writ*.

É o relatório.

DECIDO.

O Tribunal de origem manteve o regime fechado pelos seguintes fundamentos (fls. 37-39):

As reprimendas foram adequadas e motivadamente dosadas:

a) artigo 157, § 2º, inciso II, do CP: pena-base fixada no mínimo legal, reconhecida a atenuante da menoridade relativa, sem repercussão na pena pela inviabilização de redução aquém do mínimo legal (STJ - Súmula 231), acrescida de 1/3 pelo concurso de agentes, resultando na pena final de 5 anos e 4 meses de reclusão e 13 dias-multa, no piso.

(...)

O regime prisional é mesmo o inicialmente fechado, pois é o que mais se coaduna à espécie, na medida em que "tratando-se de crime de roubo qualificado, é correta a fixação do regime inicial fechado, mesmo se os réus

# Superior Tribunal de Justiça

forem primários e não houver prova da existência de maus antecedentes, pois devem-se levar em conta as circunstâncias do delito que, no caso, vem causando grande comoção social" (Julio Fabrini Mirabete, in "Execução Penal", Ed. Atlas, 11ª edição, 2008, pág. 326).

Importante consignar, a propósito, que não há qualquer ilegalidade na fixação do regime inicial como fechado, e nem ofensa às Súmulas 718 e 719, do Excelso Supremo Tribunal Federal, pois os fatos concretos e as circunstâncias judiciais concretamente aferidas (contra mulher e concurso de agentes), devidamente extraídos dos autos, demonstram não ser recomendável a adoção de regime prisional mais brando, sobretudo para não se provocar afrouxamento excessivo e intolerável estímulo ao criminoso, forçando, em seu espírito, a sensação de uma illusória impunidade.

Sendo a pena-base fixada no mínimo legal e restando definitivamente estabelecida em patamar inferior a oito anos (5 anos e 4 meses), a definição de regime penal mais gravoso exigiria concreta motivação, a tanto não servindo argumentos de gravidade abstrata do delito, a presença de majorantes ou dos genéricos efeitos sociais da criminalidade:

Súmula 440: "Fixada a pena-base no mínimo legal, é vedado o estabelecimento de regime prisional mais gravoso do que o cabível em razão da sanção imposta, com base apenas na gravidade abstrata do delito".

Súmula 718/STF: "A opinião do julgador sobre a gravidade em abstrato do crime não constitui motivação idônea para a imposição de regime mais severo do que o permitido segundo a pena aplicada".

Súmula 719/STF: "A imposição do regime de cumprimento mais severo do que a pena aplicada permitir exige motivação idônea".

Dessa maneira, nota-se que nenhuma motivação pelo crime concretizado (roubo majorado) foi aduzida no acórdão atacado para fixar o regime mais severo, o que torna certa a ausência de fundamentos válidos para a imposição de regime mais gravoso.

Não se tendo no tema, com a clara motivação deficiente, divergência na Sexta Turma do Tribunal, reconheço em definitivo a ilegalidade arguida.

Ante o exposto, concedo o *habeas corpus* para estabelecer o regime prisional inicial semiaberto.

Comunique-se.

Publique-se.

Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 02 de outubro de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO  
Relator

